



Sérgio Amaral/AE

CPI

Ocorrência

# COMEÇA O PROCESSO DE CASSAÇÃO

JORNAL DA TARDE

25 JAN 1994

## Deve haver briga na Comissão de Justiça

Com a entrega simbólica do relatório final da CPI do Orçamento ao Congresso, foi dada a partida para o processo de cassação dos 18 parlamentares acusados de falta de decoro ao final das investigações sobre o esquema de manipulação de verbas federais. De posse do relatório da CPI, as Mesas Diretores da Câmara e do Senado se reúnem hoje para dar prosseguimento às recomendações de cassação dos mandatos de 16 deputados, um suplente de deputado e um senador contidas no documento final da comissão, preparado pelo deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). As duas Mesas vão nomear um relator para preparar as representações que vão ser encaminhadas às Comissões de Constituição e Justiça da Câmara e Senado contra os 18 parlamentares acusados.

O relatório final da CPI foi entregue com uma correção, já que deputado Jesus Tajra (PFL-PI), inicialmente enquadrado entre os que deveriam continuar a sofrer investigações, passou a ser citado como um dos absolvidos. Ao receber o relatório das mãos de Jarbas Passarinho (PPR-PA), o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), disse que acata os resultados da CPI e aproveitou para fazer uma conclamação contra o corporativismo. "Faço um apelo aos meus colegas para que não usemos mais na instituição do que não é em nós mesmos." Segundo os discursos de Inocêncio, entre 22 e 24 de março deverá estar encerrado o processo de cassação (veja quadro ao lado). O senador Humberto Lucena prometeu, por sua vez, dar amplo direito de defesa ao senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), único integrante do Senado que teve recomendada a cassação de seu mandato.

Hoje, às 10h, Passarinho e Jacir Klein (PMDB-RS) vão ao Congresso para entregar cópia do relatório da CPI. Às 15h30, eles vão ao Ministério da Justiça, procurador-geral da República, Aristides Junqueira, para uma

audiência que vai dar início às providências no âmbito do Ministério Público Federal para a apuração dos ilícitos penais e civis cometidos pelos envolvidos na rede de corrupção no Orçamento. E às 16h, Passarinho e Klein estão convidados para um encontro com o presidente Itamar Franco, o líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), e o ministro-chefe da SAF, Romildo Canhim, em que vão discutir a aplicação das conclusões da CPI pelo Executivo.

Esta semana, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, onde se dará o próximo embate em torno da cassação dos deputados, será palco de uma feroz disputa de bastidores. O atual presidente, deputado José Dutra (PMDB-AM), cujo mandato expira em 15 de fevereiro, resolveu brigar para se manter no cargo até o final do processo, contrariando as pretensões do colega José Thomaz Nonô (PMDB-AL). Preterido da presidência na eleição passada, Nonô julgava ter chegado a sua vez, mas Dutra descobriu que, como só tomou posse em 17 de março de 1993, legalmente pode ficar no cargo até 17 de março, quando completa o prazo regimental de um ano de mandato.

A partir de amanhã, uma Comissão Especial de Sindicância (CES) da Câmara, tão poderosa quanto uma CPI, dará continuidade às investigações sobre os doze deputados suspeitos de participar de irregularidades no Orçamento, cujas provas colhidas pela CPI não foram suficientes para incriminá-los. A CES, que terá poderes até de quebrar o sigilo bancário dos investigados, será presidida pelo segundo-vice-presidente da Câmara, Fernando Lyra (PSB-PE), e terá como relator o deputado Vital do Rego (PDT-PB). A Comissão terá 30 dias de prazo para terminar seus trabalhos, prorrogáveis por mais 30, se assim for necessário.